

Fiúza, o comandante do governo nas batalhas do Congresso

Aprovar artigo 9º
do projeto Jobim
é o novo desafio

Dora Kramer

BRASÍLIA — Depois de salvar o governo de uma derrota acachapante no Congresso na semana passada, ao convençer o Palácio do Planalto a negociar alguns pontos do projeto do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) — que regulamenta o uso de medidas provisórias —, o líder do bloco PFL/PRN, Ricardo Fiúza (PE), começo a travar outra batalha a partir de hoje. Ele terá de negociar com a oposição e entre seus próprios liderados — que pela primeira vez assumiram uma postura independente em relação ao Planalto e votaram pela regulamentação das medidas — a não inclusão do artigo 9º no texto do projeto. Por esse artigo, o governo não pode reeditar mais de uma vez uma medida não votada pelo Congresso.

“A oposição não conseguirá maioria absoluta para reintroduzir esse artigo no texto. Isso eu garanto”, diz Fiúza, alegando basear essa certeza “em 21 anos de experiência parlamentar”. Foi essa experiência que o fez ver a tempo que o governo estava à beira do vexame total, quando sua própria bancada declarou-se a favor do projeto. Foi então ao ministro Jarbas Passarinho relatar o tamanho do desastre que se delineava e disse que os governistas votariam com o projeto, mas pediriam a votação de destaques em separado para os artigos que limitavam a reedição e que impediam a edição de medidas sobre tributos.

Por essa estratégia, era a oposição que teria de ter 252 votos para reintroduzir no texto o que desejava. Na primeira votação, sobre tributos, a oposição foi derrotada, pois conseguiu apenas 210 votos a favor. Temendo votar o artigo 9º e perder, os oposicionistas se retiraram do plenário e adiaram a votação para esta semana. Sem esses artigos — que tornavam o projeto, na opinião dele, “fantasioso e politiqueiro” —, o líder considera que o projeto torna-se “palatável”.

Ele insiste em dizer que o governo “não cedeu” porque nunca foi intransigente e sim adotou essa posição como tática para a negociação. Mas se contradiz ao admitir que, sem a negociação de última hora, a derrota total era uma hipótese “possível”. Fiúza não revela que métodos usará, por exemplo, para evitar que o líder do PTB fique contra o governo nessa questão — Gastone Righi já anunciou que vota a favor do artigo — mas jura que conseguirá. “Aposto qualquer coisa”.

Medidas Provisórias — O deputado Ricardo Fiúza tem duas interpretações para o fato de o Congresso ter decidido disciplinar o uso de medidas provisórias. “Primeiro houve um clima de irracionalidade” — que ele admite ter tomado conta do PFL também — “porque uma parcela da imprensa conseguiu vender à sociedade a meia verdade de que quem não votasse o projeto Jobim estaria votando contra o Congresso e dando poderes discricionários ao presidente da República”. Em segundo lugar, culpa o PMDB. “As medidas provisórias foram criadas na Constituinte sob inspiração do PMDB, que imaginava que o próximo presidente da República seria Ulysses Guimarães. Se fosse, seguramente hoje o PMDB estaria enviando para cá um projeto ampliando os poderes do presidente”. Para ele, houve “muita demagogia” na discussão do uso das medidas. “Eles pensam que pode ser como na Constituinte, que o presidente está sempre disposto a ser cavalgado pelo PMDB”.

Poder do presidente — “Nós não cerceamos, nem poderíamos, o poder do presidente de governar. Apenas explicitamos o que já está na Constituição”. Fiúza acha que o presidente continua com os mesmos poderes e defende não só o uso das medidas provisórias — principalmente quando forem sobre temas econômicos que impliquem necessidade de sigilo —, como a reedição, sempre que o Congresso não examinar a matéria no prazo de 30 dias. “Fazer ao contrário é permitir que um dos poderes não cumpra o seu dever, é premiar a omissão”. No caso da política salarial, que foi objeto de oito reedições de medidas provisórias, Fiúza acredita que o presidente tinha o direito “de reeditar não oito, mas 800 vezes, até que o Congresso cumpra o seu dever de aprovar ou rejeitar a proposta”.

Excessos — “Eu concordo que possa ter havido excesso na utilização das medidas provisórias. Os governos Collor e Sarney enviaram 295 ao Congresso”. Apesar de concordar com a tese, Fiúza acha que o Congresso é que não exerceu seu direito de recusar aquelas que não considerava relevantes e urgentes e acabou dando “um atestado” ao Executivo de que as medidas tinham razão de ser. “Cabe ao relator da medida dizer, em cinco dias, se ela é relevante ou não e aos parlamentares votar sua admissibilidade. Ora, 293 medidas tiveram como relatores parlamentares do PMDB, que rejeitaram apenas duas delas. Qual é a autoridade desse partido para dizer que o presidente abusa do direito constitucional de editar medidas provisórias? Isso é muito difícil de explicar à sociedade”.

Oposição — Na opinião do líder, as novas bancadas da oposição demonstram um amadurecimento grande em suas relações com o governo e no tratamento das questões no Congresso. “Só os obtusos não amadurecem”. O deputado nota, por exemplo, “que o PT,



Fiúza é líder do bloco PFL/PRN

sem abrir mão de suas convicções, tem sido muito mais racional. Antes, a preocupação maior do partido era posar para as galerias e os sindicatos”. Só faz restrição ao PDT, “que continua numa postura excessivamente política”. Apesar de admitir o amadurecimento, acha que “a oposição brasileira ainda tem muitos componentes ditoriais e não se lembra que o AI-5 não existe mais, não se dá conta de que seus atos geram consequências”.

Governo — Quanto ao governo, Fiúza vê uma “evidente modernização de suas relações com a sociedade e o Congresso”. Para ele, depois de superar as dificuldades decorrentes do fato de ter se candidatado por um partido pequeno, “feito um pacto direto com a sociedade, passando por cima dos políticos”, superar um ano eleitoral e a preocupação com o gerenciamento dos planos econômicos, Collor se preocupará finalmente em formar sua base parlamentar.

Bancada governista — Até agora, na opinião do líder do bloco PFL/PRN, o governo ainda não tinha se interessado de fato na formação de uma base sólida no Legislativo. “Foi até bom, porque se isso fosse feito fora do tempo devido, talvez os métodos tivessem sido condenáveis. O governo quer e vai conseguir uma base, formada em torno de idéias e do debate, execrando métodos antigos e mantendo um relacionamento respeitoso com a oposição”.

Zélia — “Ela tem uma capacidade impressionante de reagir. Em relação aos políticos, por exemplo, a ministra mudou radicalmente, deu uma guinada de 180 graus”. Segundo Fiúza, no início do governo, Zélia, “na sua ingenuidade política, imaginava que um plano econômico era um plano bem concebido do ponto de vista técnico, sem entender que o melhor plano é o que você consegue vender à sociedade, ao Congresso”. Fiúza vê em Zélia agora “muito mais competência” em viabilizar suas idéias junto aos políticos e ceder quando as negociações assim exigem. “Ela hoje dá um exemplo de politização a muitos ministros que ainda não resolveram agir assim”.

Paes Landim — Responsável pela indicação do deputado Paes Landim (PFL-PI), que assumidamente não entende de economia, como relator da medida que congelou preços e salários, Fiúza considerou “uma bárbara calúnia” a divulgação do fato, admitido pelo próprio Landim, de que o relatório foi redigido no gabinete do secretário de Política Econômica, Antonio Kandir. “Porque não disseram que o senhor José Genoino, o senhor Aloizio Mercadante, ambos do PT, os representantes do PDT, o senhor José Serra, do PSDB, os senhores Luis Roberto Ponte e Antonio Brito, do PMDB, foram receber ordens do Palácio do Planalto quando participaram das mesmas discussões que participamos?” O líder diz que o relator apenas examinou com o Executivo “se as alterações propostas pelos políticos eram factíveis do ponto de vista econômico”. Fiúza disse que indicou um relator não economista, “justamente porque os economistas contemplam a poça d’água e os políticos, o oceano”.

Fisiologismo — Acusado por Tasso Jereissati e Ciro Gomes, do PSDB, respectivamente atual e futuro governador do Ceará, de liderar uma bancada fisiológica, Fiúza garante que o PFL não fez um só pedido ao governo até hoje e que, por isso, não se sentiu nem um pouco desconfortável com as declarações que foram feitas diretamente ao presidente Collor. “Eu me sentiria mal se o presidente, através do ministro da Justiça, não tivesse desmentido categoricamente que compartilha dessa opinião. Quanto aos governadores, eu diria que não faço esse conceito do meu partido, aliás, por incrível de parecer, não faço do partido deles também”.

Entendimento — Fiúza afirma que o governo não tem uma proposta concreta para o entendimento nacional a que se propõe e acha isso correto. “Os entendimentos até agora caíram no vazio porque era feitos em cima de sugestões concretas entre corporações e com o governo participando como mero espectador”. O que deve ser feito agora é, na opinião dele, “um entendimento conduzido

pelos políticos que efetivamente representam a soma dos interesses do Brasil e que devem chegar, na questão dos salários por exemplo, a uma posição consensual”. O papel do governo aí seria o de examinar a possibilidade de aplicação da política proposta e, através de seus líderes no Congresso, assumir o compromisso de não vetar tudo aquilo que garante um crescimento real dos salários “mas que não mantenha esse modelo populista e demográfico que vem infelicitando o povo brasileiro”.

Plano Collor — “Quando foi editada a segunda etapa do Plano Collor, estávamos caminhando para o crescimento da inflação por vários motivos: o excesso de gastos de estados e municípios, principalmente em função das eleições; a falta de um controle efetivo do déficit público; a não implementação do programa de privatizações; o recuo nas demissões de funcionários públicos, por razões sociais.” Na opinião de Fiúza, houve um reaquecimento psicológico da inflação em função do tarifaço, mas o governo soube conter isso ao propor o congelamento, que ele prefere chamar de “tregua”. Do ponto de vista doutrinário, uma vez que se define como um “neo-liberal”, Fiúza reconhece que se violenta diante do congelamento, “mas consigo compreendê-lo dentro de um contexto necessário ao segundo estágio do plano”. Para ele, o plano não é recessivo. “Recessiva é a inflação, o governo Collor é desenvolvimentista, o problema é que não há como retomar o desenvolvimento antes de derrubada a inflação”.

Novos pacotes — O líder acredita que o presidente Fernando Collor anunciará outros pacotes nesse governo, “n planos, se for preciso”. Ele cita o exemplo da Coreia, que levou 10 anos para arrumar sua economia, mas acha que, de correção em correção, o governo Collor ainda conseguirá baixar a inflação a níveis aceitáveis e iniciar um programa de desenvolvimento. “O importante é que essa equipe tem coerência macro-econômica e vontade de acertar, embora dizer que o gerenciamento da primeira fase tenha sido perfeito seria um exagero. Se a imprensa quer apelidar de pacote um conjunto de medidas econômicas que precisam de eficácia imediata e, portanto, devem ser feitas por medida provisória, então eu acho que o governo vai continuar a governar por pacotes e usando as medidas provisórias”.

Descrédito — “O brasileiro só acredita em carnaval e futebol e todos querem combater a inflação desde que não atinja o seu bolso”. Ele acha também que formadores de opinião, empresários e oposição é que procuram criar um ambiente de descredito. “Isso é obrigação deles, são de oposição. E também há o fato de o Brasil já ter passado por vários planos econômicos e mudanças de moeda. É claro que a sociedade tem o direito de desconfiar”.